


 CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
 CAJUEIRO DA PRAIA - PI

**EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO GERAL DA PROVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA Nº 008/2019**

Pág. 01

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CAJUEIRO DA PRAIA, ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições e em conformidade com o **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2019** que rege o processo seletivo para escolha de membros do Conselho Tutelar de Cajueiro da Praia, para o quadriênio 2020 - 2024, RESOLVE publicar o resultado geral da primeira etapa (Prova de Múltipla Escolha) do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Cajueiro da Praia quadriênio 2020/2024 realizada e corrigida sob a responsabilidade do Ministério Público Estadual na pessoa do Dr. Galeno Aristóteles Coelho de Sá, a saber:

**1- DO RESULTADO GERAL DA APLICAÇÃO DA PROVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA.**

NUMERO DE INSCRIÇÃO	CPF	NOME DO CANDIDATO	Nº DE ACERTOS	PONTOS GANHOS - QUESTÕES ANULADAS 2ª AVALIAÇÃO.	PONTUAÇÃO FINAL	MÉDIA
001	334.869.768-93	MONIQUE DO NASCIMENTO MESQUITA	32	-	32	8,00
002	011.384.003-94	ERVALDA DE JESUS MARTINS	25	3	28	7,00
003	063.766.773-55	SAMYA MARTINS COELHO	AUSENTE	-	-	0,00
004	613.561.723-00	NATACHA DA CRUZ OLIVEIRA	26	3	29	7,25
005	034.500.713-19	RAFAEL COSTA E SILVA	25	3	28	7,00
006	065.840.603-57	MARCOS ROCHA SILVA	AUSENTE	-	-	0,00
007	020.155.183-71	JAIRINA COSTA CARVALHO	30	-	-	7,50
008	758.598.407-30	MARIA LUIZA DOS SANTOS CAMÕES	23	3	26	6,5
009	057.153.661-19	JENNIFER KELLY DE SOUZA CHAGAS	AUSENTE	-	-	0,00
010	903.885.853-15	IRLA MARIA DA SILVA SOUSA	AUSENTE	-	-	0,00
011	048.345.143-66	SAMIA CARVALHO DO AMARAL	32	-	-	8,00
012	603.568.433-51	CLEIDIANE ROCHA QUEIROZ	AUSENTE	-	-	0,00

013	053.124.533-0	DAIANE ALVES DOS SANTOS	24	3	27	6,75
012-A	042.155.883-08	NATALIA DE BRITO OLIVEIRA	AUSENTE	-	-	0,00
014	061.561.553-84	NATÁLIA SANTOS DE SOUZA	25	3	28	7,00
015	060.292.903-20	ELISANGELA DA CRUZ SANTOS	28	-	-	7,00
016	069.362.693-38	LIDIANE GOMES VIEIRA	24	3	27	6,75
17	022.507.843-02	LUCIANO DOS SANTOS CIPRIANO	19	3	22	5,5
018	053.124.523-35	LAURENÇA SILVA COSTA	25	3	28	7,00
019	051.496.823-06	EMANUEL LUCAS DE CASTRO BRITO	AUSENTE	-	-	0,00
020	008.569.253-06	FRANCISCO DANIEL MONTEIRO DE BRITO	AUSENTE	-	-	0,00
021	038.249.363-05	MARIA KLERYS SILVA DA PENHA	AUSENTE	-	-	0,00
022	039.271.173-74	FELIPE BOAVISTA DA SILVEIRA TRINDADE	26	3	29	7,25
023	027.715.453-73	RAIMUNDO NONATO SOUSA ROCHA	30	-	-	7,50

1.1. Em conformidade com a constatação da Comissão Eleitoral Especial, após observação dos candidatos no dia da aplicação da segunda prova e registro em ata, fora identificada a repetição das questões nº 31 e 39(iguais), 33, 35 e 36(iguais). Assim, com a comunicação ao Ministério Público, a Promotoria decidiu pela anulação de 03(três) questões( 35, 36 e 39), conforme ofício 208/2019, de 31 de Julho de 2019, atribuindo-se os pontos das questões anuladas a todos os candidatos que realizaram a segunda prova de múltipla escolha;

1.2. Aos candidatos aprovados na primeira prova, realizada em 07.07.2019, foi considerada a pontuação da primeira prova, conforme orientação do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Criança e do Adolescente- CAODIJ do Ministério Público;

1.3. Aos candidatos aprovados na segunda prova, realizada em 29.07.2019, foi considerada a pontuação apenas da segunda prova, bem como os pontos das questões anuladas a todos os candidatos que

realizaram a segunda prova de múltipla escolha, conforme orientação do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Criança e do Adolescente- CAODIJ do Ministério Público,

**2.0. DOS RECURSOS À PROVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA.**

2.1. O prazo para recurso à prova de múltipla escolha será de até 05(cinco) dias após a publicação da avaliação, mediante protocolo à Comissão Especial Eleitoral, que terá o mesmo prazo para análise e resposta;

2.2. O resultado do recurso será divulgado no Mural da Secretaria Municipal de Assistência Social e em redes Sociais, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

**3.0 DO RESULTADO FINAL DOS APROVADOS NA PROVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA.**

3.1. O resultado final dos aprovados na Prova de Múltipla Escolha será publicado até dia 12 de agosto de 2019, mediante publicação no Mural da Secretaria Municipal de Assistência Social e em redes Sociais, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios;

**4.0. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

4.1. Os casos omissos e não previstos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral.

Cajueiro da Praia (PI), 02 de agosto de 2019.

*Silvia Basto de Ataíde Silva*  
 Silvia Basto de Ataíde Silva

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
 Cajueiro da Praia-PI

**PROCESSO UNIFICADO DE ESCOLHA DO CONSELHO TUTELAR**
**PROVA DE CONHECIMENTOS SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

CANDIDATO: \_\_\_\_\_

DOC. DE IDENT.: \_\_\_\_\_

LOCAL DA PROVA: \_\_\_\_\_

	A	B	C	D	A	B	C	D
01		X			21		X	
02		X			22	X		
03		X			23	X		
04				X	24			X
05		X			25		X	
06		X			26		X	
07			X		27			X
08			X		28		X	
09				X	29		X	
10				X	30	X		
11				X	31	X		
12	X				32		X	
13			X		33			X
14	X				34		X	
15	X				35	ANULADA		
16	X				36	ANULADA		
17	X				37			X
18				X	38		X	
19				X	39	ANULADA		
20			X		40	X		

(Continua na próxima página)

2º PROVA DE CONSELHO TUTELAR

NOME DO CANDIDATO: \_\_\_\_\_

DOC. DE IDENTIFICAÇÃO: \_\_\_\_\_

1. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Com base nessa afirmação marque o item ERRADO, a liberdade corresponde aos seguintes aspectos:

- A) buscar refúgio, auxílio e orientação.;
- B) somente expressar opinião quando solicitado;
- C) brincar, praticar esportes e divertir-se;
- D) crença e culto religioso;

2. Os direitos estabelecidos no Estatuto da criança e do adolescente- ECA (Lei 8.069/1990) aplicam-se a que grupo:

- A) Idosos;
- B) Todas as crianças e adolescentes sem distinção;
- C) Apenas as crianças e adolescentes em situação de risco;
- D) Gestantes;

3. De acordo com o Estatuto da criança e do adolescente- ECA (Lei 8.069/1990), analise as proposições abaixo e anote quais as proposições verdadeiras:

I- Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, in-

- A) noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte;
- B) na condição de aprendiz;
- C) realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.
- D) perigoso, insalubre ou penoso;

06. Preencha corretamente a lacuna abaixo, a luz do art.18 do ECA:

"É dever de todos velar pela \_\_\_\_\_ da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor." (Art. 18, ECA)

- A) alegria.
- B) dignidade.
- C) bem-estar.
- D) Saúde.

07. Baseado no art.18-A, § único do ECA, julgue os itens abaixo:

Considera-se castigo físico ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em:

I- Sofrimento físico ou lesão;

II- Tratamento cruel ou degradante: conduta ou forma de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que: humilhe, ameace gravemente ou ridicularize.

- A) Apenas o item I está correto.
- B) Apenas o item II está correto.
- C) Os itens I e II estão corretos.

clusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal;

II- A gestante deverá receber orientação sobre aleitamento materno, alimentação complementar saudável e crescimento e desenvolvimento infantil, bem como sobre formas de favorecer a criação de vínculos afetivos e de estimular o desenvolvimento integral da criança;

III- A assistência a gestante não deverá ser prestada a gestantes e mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção, bem como a gestantes e mães que se encontrem em situação de privação de liberdade;

- A) todos os itens estão incorretos.
- B) os itens I e II estão corretos.
- C) os itens I, II e III estão corretos.
- D) apenas o item I está correto.

4. Sobre o direito de filiação marque a alternativa **INCORRETA**:

- A) é direito personalíssimo.
- B) é direito indisponível e imprescritível;
- C) pode ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição;
- D) não precisa observar o segredo de justiça.

5. Ao adolescente é permitido o trabalho:

- D) Nenhum dos itens estão corretos.

08. O ECA prevê diversas garantias quanto a criança e ao adolescente, contudo a gestante também é contemplada por alguns artigos dessa lei. Acerca do direito a pré-natal marque o item correto.

- A) O atendimento pré-natal será realizado pelos membros do Conselho Tutelar.
- B) O atendimento pré-natal será realizado pelos membros do Conselho Municipal dos Direitos da criança e do adolescente (CMJCA).
- C) O atendimento pré-natal será realizado por profissionais da atenção primária.
- D) Nenhum dos itens está correto.

09. O ECA disciplina sanções destinadas aos pais, integrantes da família ampliada os responsáveis, os agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, tratá-los, educá-los ou protegê-los que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto.

Deste modo, constituem sanções as práticas abaixo elencadas, exceto:

- A) Advertência
- B) Encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção a família
- C) Encaminhamento a cursos ou

programas de orientação.

D) Encaminhamento ao Conselho Municipal dos Direitos da criança e do adolescente- CMDCA.

10. Preencha corretamente a lacuna abaixo, a luz do art.19, §2º do ECA:

"A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de \_\_\_\_\_ meses, salvo da criança e do adolescente, pondo-os a salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária." (Art. 18, ECA)

- A) 15 meses.
- B) 16 meses
- C) 17 meses.
- D) 18 meses.

11. O art.19-A, §7º do ECA dispõe que os detentores da guarda possuem o prazo de quantos dias para propor ação de adoção?

- A) 12 dias
- B) 13 dias
- C) 14 dias
- D) 15 dias

12. Segundo o art.19-B do ECA, em que consiste a figura do apadrinhamento?

- A) Consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos
- B) A ausência de casa própria em nome dos responsáveis.
- C) A ausência de veículo em nome dos responsáveis.
- D) Nenhuma das alternativas anteriores.

15. A respeito dos órgãos responsáveis pela administração das contas do Fundo dos Direitos da Criança e do adolescente nacional, estaduais, distritais e municipais, julgue os itens abaixo:

I- Devem manter conta bancária específica destinada exclusivamente a gerir os recursos do fundo;

II- Manter controle das doações recebidas;

III- Informar anualmente à Secretaria da Receita Federal do Brasil as doações recebidas mês a mês, identificando o doador;

- A) Todos os itens estão corretos.
- B) Os itens I e II estão corretos.
- C) Os itens I, II e III estão incorretos.
- D) Apenas o item I está correto.

16. Complete a lacuna corretamente, a luz do art.14 do ECA:

"É obrigatória a \_\_\_\_\_ das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.

- A) Vacinação
- B) Realização de atividades de dança e teatro
- C) Realização de aulas de natação

externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro.

B) Consiste em acompanhar a criança em cerimônia religiosa.

C) Consiste em estabelecer e proporcionar a criança e ao adolescente vínculos externos a escola, como atividades de teatro e dança.

D) Consiste em fornecer cestas básicas mensalmente a família da criança.

13. Sobre os direitos dos filhos advindo de processo de adoção, escolha a assertiva correta.

A) Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, ressalvado o direito a sucessão e herança.

B) Os filhos advindos de processo de adoção deverão permanecer com o sobrenome dos pais biológicos.

C) Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

D) Nenhuma das alternativas anteriores.

14. Não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.

A) A falta ou a carência de recursos materiais.

D) Nenhuma das alternativas anteriores

17. Acerca dos cuidados odontológicos previstos no art. 14, §4º, do ECA, marque a opção correta:

A) A criança com necessidade de cuidados odontológicos especiais será atendida pelo Sistema Único de Saúde-SUS.

B) A criança com necessidade de cuidados odontológicos especiais será atendida apenas pela rede privada de saúde e os gastos serão custeados pelo Estado ou Município.

C) O sistema único de saúde poderá se recusar a atender crianças com necessidades de cuidados odontológicos especiais.

D) Nenhuma das respostas anteriores.

18. Segundo o art.17 do ECA o direito no respeito abrange todas as prerrogativas abaixo, **EXCETO**:

- A) Inviolabilidade da integridade física;
- B) Inviolabilidade da integridade psíquica e moral da criança e do adolescente;
- C) Preservação da imagem;
- D) Direito a faltas escolares injustificadas;

19. Acerca do Direito à Convivência Familiar e Comunitária julgue os itens abaixo, de acordo com o art.19 do ECA: I- Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o

(Continua na próxima página)



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
CAJUEIRO DA PRAIA - PI

pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial;

**II- Será garantida a convivência integral da criança com a mãe adolescente que estiver em acolhimento institucional.**

- A) Apenas o item I está correto.  
B) Apenas o item II está correto.  
C) Os itens I e II estão corretos.  
D) Nenhum dos itens está correto.

**20. O art.19-A do ECA dispõe que serão cadastrados para adoção os seguintes grupos abaixo, EXCETO:**

- A) Recém-nascidos;  
B) Crianças acolhidas não procuradas por suas famílias, no prazo de 30 (trinta) dias;  
C) Idosos;  
D) Nenhuma das respostas;

**21. A luz do art.24 a suspensão do poder familiar será decretada:**

- A) Administrativamente pelo Conselho Tutelar  
B) Judicialmente pelo Juízo da Comarca.  
C) Administrativamente pelo Conselho Municipal dos Direitos da criança e do adolescente- CMDCA.  
D) Judicialmente por advogado.

A) Que sejam consideradas e respeitadas sua identidade social e cultural, os seus costumes e tradições, bem como suas instituições, desde que não sejam incompatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos por esta Lei e pela Constituição Federal;

B) Que a colocação familiar ocorra prioritariamente no seio de sua comunidade ou junto a membros da mesma etnia;

C) Que a intervenção e oitiva de representantes do órgão federal responsável pela política indigenista, no caso de crianças e adolescentes indígenas, e de antropólogos, perante a equipe interprofissional ou multidisciplinar que irá acompanhar o caso;

D) Que seja garantida visita a tribo do qual o adolescente faz parte semanalmente;

**25. De acordo com o art.30 do ECA, complete a lacuna abaixo:**

“A colocação em família substituta não admitirá transferência da criança ou adolescente a terceiros ou a entidades governamentais ou não-governamentais, sem \_\_\_\_\_.”

- A) Autorização do Conselho Tutelar.  
B) Autorização do Conselho Municipal dos Direitos da criança e do adolescente- CMDCA.  
C) Autorização Judicial.

**22. O Art.25 do ECA dispõe que a família natural é composta por?**

- A) A comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.  
B) A comunidade formada pelos pais ou qualquer deles, seus descendentes e vizinhos.  
C) A comunidade formada pelos pais e amigos da criança e do adolescente.  
D) Nenhuma das respostas anteriores.

**23. Acerca da colocação em família substituta, julgue os itens abaixo:**

**I- A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção.**

**II- A colocação em família substituta poderá ser feita apenas pelo Conselho Tutelar, isto é sem autorização judicial.**

- A) Apenas o item I está correto.  
B) Apenas o item II está correto.  
C) Os itens I e II estão corretos.  
D) Os itens I e II estão incorretos.

**24. Em se tratando de criança ou adolescente indígena ou proveniente de comunidade remanescente de quilombo, é ainda obrigatório para colocação em família substituta, EXCETO:**

- D) Autorização dos pais biológicas

**26. Acerca da inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar julgue os itens abaixo:**

**I- O acolhimento institucional terá preferência a inclusão de criança ou adolescente em programa de acolhimento, observado em qualquer caso, o caráter temporário e excepcional da medida, nos termos desta lei.**

**II- A inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar terá preferência a seu acolhimento institucional, observado, em qualquer caso, o caráter temporário e excepcional da medida, nos termos desta Lei.**

- A) Apenas o item I está correto.  
B) Apenas o item II está correto.  
C) Os itens I e II estão corretos.  
D) Os itens I e II estão incorretos.

**27. A luz do art.35, escolha a opção correta acerca da possibilidade de revogação de guarda.**

- A) A guarda não poderá ser revogada, nem através de autorização judicial.

B) A guarda poderá ser revogada verbalmente pelos membros do Conselho Tutelar.

C) A guarda poderá ser revogada verbalmente pelos membros do Conselho dos Direitos da criança e do adolescente.

D) A guarda poderá ser revogada a qualquer tempo, mediante ato judicial fundamentado, ouvido o Ministério Público.

**28. Análise as assertivas abaixo acerca do vínculo estabelecido pela adoção e escolha a resposta correta:**

A) O vínculo da adoção constitui-se por ato administrativamente de lavra do Conselho Tutelar, que será inscrita no registro civil mediante mandado do qual não se fornecerá certidão.

B) O vínculo da adoção constitui-se por exclusivamente por certidão cartorária, sem a necessidade de sentença judicial.

C) O vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial, que será inscrita no registro civil mediante mandado do qual não se fornecerá certidão.

D) Nenhuma das alternativas acima

**29. O ECA prevê normas de proteção ao trabalho do menor, acerca desse tema, coloque V (verdadeiro) F (falso) nas assertivas abaixo, e marque a sequência correta:**

- C) colocação em família substituta.  
D) requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial.

**32. Em relação ao trabalho realizado por adolescente, de acordo com o ECA:**

A) Ao adolescente é proibido qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14(quatorze) anos de idade.

B) É permitida trabalhar a partir dos 12(doze) anos, exceto em trabalhos penosos e insalubres.

C) É proibida qualquer trabalho a menores de 16 anos, exceto na condição de aprendiz.

D) Toda criança deveria trabalhar, pois isso ajuda na sua formação moral e profissional.

**33. O Conselho Tutelar é órgão responsável por zelar pelo cumprimento dos direitos de crianças e adolescente, sendo esta autoridade municipal na área da infância e juventude. Assinale a opção que elenca todas as características do Conselho Tutelar, de acordo com o artigo 131 do ECA:**

- A) municipal, jurisdicional, colegiado.  
B) autônomo, permanente e jurisdicional  
C) Perene, fiscal da lei e autônomo.  
D) permanente, não jurisdicional e autônomo.

**I- Ao adolescente até quatorze anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem.**

**II-atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente;**

**III-horário normal para o exercício das atividades, ainda que incompatível com sua rotina escolar.**

- A) V, F, V  
B) V, V, F  
C) V, V, V  
D) F, F, F

**30. São considerando os direitos inerentes a profissionalização elencados pelo ECA:**

- A) respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.  
B) Bolsa estágio superior ao salário mínimo  
C) Direito ao exercício de trabalho home office (trabalho realizado em casa, através da internet).  
D) Nenhuma das alternativas acima.

**31. Dentre as medidas de proteção aplicadas à criança e adolescente (Art. 101 do ECA), assinale aquela que NÃO PODE ser aplicada pelo Conselho Tutelar:**

- A) encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade.  
B) orientação, apoio e acompanhamento temporários.

**34. Acerca do ato infracional disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, analise as afirmativas abaixo:**

**I - Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contração penal.**

**II - São penalmente inimputáveis os menores de 16(dezesseis) anos, sujeitas às medidas previstas no ECA.**

**III Deve ser considerada a idade do adolescente na data do julgamento.**

- A) Apenas I está correta.  
B) Apenas I e II estão corretas.  
C) Apenas II e III estão corretas.  
D) I, II, III estão corretas.

**35. O Conselho Tutelar é órgão responsável por zelar pelo cumprimento dos direitos de crianças e adolescente, sendo esta autoridade municipal na área da infância e juventude. Assinale a opção que elenca todas as características do Conselho Tutelar, de acordo com o artigo 131 do ECA:**

- A) municipal, jurisdicional, colegiado.  
B) autônomo, permanente e jurisdicional  
C) Perene, fiscal da lei e autônomo.  
D) permanente, não jurisdicional e autônomo.

**36. O Conselho Tutelar é órgão responsável por zelar pelo cumprimento dos direitos de crianças e adolescente, sendo esta autoridade municipal na área da infância e juventude. Assinale a opção**

(Continua na próxima página)

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
CAJUEIRO DA PRAIA - PI



ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA Nº 004/2019

O Presidente da Comissão de Licitações do Município de Campo Maior - PI, no uso de suas atribuições legais, decide CANCELAR a Concorrência nº 004/2019 marcada para dia 15/08/2019, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de mídia, para atender as necessidades do município de Campo Maior - PI, por orientação do Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

Campo Maior - PI, 05 de agosto de 2019.

Eduardo Rodrigues Alves  
Presidente da Comissão de Licitações de Campo Maior - PI



**EXTRATO DE CONTRATO**

**Dispensa de Licitação nº 027/2019 - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Campo Maior - PI. CONTRATO Nº 053/2019.** Fundamentação Legal: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93. **OBJETO:** Contratação de pessoa jurídica para aquisição de materiais de consumo (copa e cozinha), para o Serviço Autônomo de Água e Esgoto - PI. **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Unidade 02.15.01; elemento de despesa: 33.90.30, material de consumo; **FONTE DE RECURSO:** Próprios. **VALOR DO CONTRATO:** R\$ 6.052,50 (seis mil cinquenta e dois reais e cinquenta centavos). **VIGÊNCIA:** Da data de assinatura do contrato até 31/12/2019. **SIGNATÁRIOS:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Campo Maior - PI (CNPJ nº 05.514.609/0001-00), representado por seu Diretor Interino, Sr. Carlos Augusto Torres Santos e FRANCISCO GOMES OLIVEIRA MERCEARIA (CNPJ nº 07.237.399/0001-78).

Campo Maior - PI, 31 de Julho de 2019.

CARLOS AUGUSTO TORRES SANTOS  
Diretor Interino SAAE/CM-PI



**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2019**

Instrumento: RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 027/2019; CONTRATADA: FRANCISCO GOMES OLIVEIRA MERCEARIA, (CNPJ nº 07.237.399/0001-78); VALOR R\$: 6.052,50 (seis mil cinquenta e dois reais e cinquenta centavos); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade 02.15.01; elemento de despesa: 33.90.30; FONTE DE RECURSOS: RECURSOS PRÓPRIOS; VIGENCIA: Da data de assinatura do Contrato até o dia 31 de dezembro de 2019; SIGNATÁRIOS: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Campo Maior- PI, representado por seu Diretor Interino, Sr. Carlos Augusto Torres Santos e FRANCISCO GOMES OLIVEIRA MERCEARIA, (CNPJ nº 07.237.399/0001-78); DATA DA RATIFICAÇÃO: 30 de Julho de 2019.

Publique-se.

CARLOS AUGUSTO TORRES SANTOS  
DIRETOR INTERINO DO SAAE/CM-PI

ção que elenca todas as características do Conselho Tutelar, de acordo com o artigo 131 do ECA:

- A) municipal, jurisdicional, colegiado.
- B) autônomo, permanente e jurisdicional
- C) Perene, fiscal da lei e autônomo.
- D) permanente, não jurisdicional e autônomo.

37. Julgue os itens a seguir, com base no ECA em V, quando verdadeira a afirmativa e F quando for falsa a afirmativa e assinale a opção correspondente:

I - A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou ao adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais, além de conferir à criança ou ao adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários.

II - A adoção será precedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo que a autoridade judiciária fixar, não podendo tal estágio ser dispensado.

- A) I - V; II - V
- B) I - F; II - F
- C) I - F; II - V
- D) I - V; II - F

38) Em relação à guarda prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente,

PODE ser aplicada pelo Conselho Tutelar:

- a) encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade.
- b) orientação, apoio e acompanhamento temporários.
- c) colocação em família substituta.
- d) requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial.

coloque V (Verdadeiro) ou F (Falso) nas sentenças abaixo.

( ) A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros.

( ) Excepcionalmente, deferir-se-á a guarda fora dos casos de tutela e adoção, para atender a situações peculiares ou suprir a falta eventual dos pais ou do responsável, podendo ser deferido o direito de representação para a prática de atos determinados.

( ) O poder público não pode estimular a guarda sob qualquer meio, seja assistência jurídica, de incentivos fiscais ou de subsídios; somente pode atender o acolhimento, sob a forma de guarda de criança ou adolescente órfão ou abandonado.

( ) A guarda da criança ou adolescente só poderá ser revogada mediante autorização expressa de um dos cônjuges, após acordo conjunto entre eles, devendo a autoridade judicial ser comunicada sobre a decisão.

- A) V, V, F, V;
- B) V, F, V, F;
- C) V, V, F, F;
- D) F, F, F, V.

39) Dentre as medidas de proteção aplicadas à criança e adolescente (Art. 101 do ECA), assinale aquela que NÃO

40) Acerca do aleitamento materno complete a assertiva a luz do ECA:

“O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas a medida - \_\_\_\_\_.”.

- A) Privativa de liberdade
- B) Restritiva de direito
- C) Pena de multa
- D) Prestação de serviços à comunidade